



RESENHA



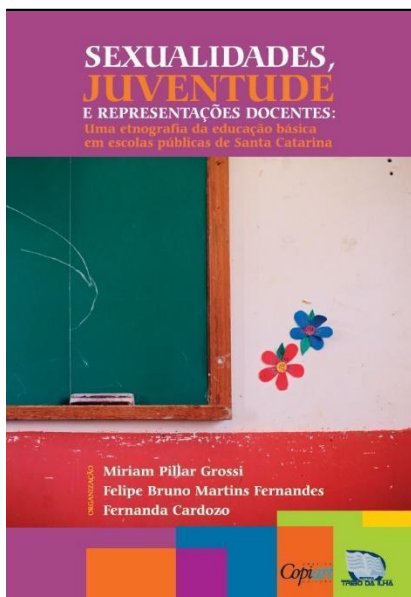
Sexualidades, Juventude e Representações Docentes: uma etnografia em escolas públicas de Santa Catarina

Cláudia Moro, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Lígia Antunes de Siqueira, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Resumo: Este texto é uma resenha do livro “Sexualidades, Juventude e Representações Docentes: uma etnografia em escolas públicas de Santa Catarina”, o qual é fruto de pesquisas realizadas em escolas, contendo artigos a respeito das representações de professoras e professores sobre as sexualidades de jovens estudantes catarinenses no período de 2007 a 2009. O livro oferece ricas descrições etnográficas e análises sobre a temática da sexualidade no espaço escolar que podem servir como subsídios para novas pesquisas sobre a temática, assim como contribuir para a formação de novas/os pesquisadoras/es.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidades. Docentes. Jovens. Etnografia. Escolas públicas.





O livro é fruto de pesquisas realizadas em escolas públicas de Santa Catarina, contendo artigos a respeito das sexualidades de jovens estudantes no período de 2007 a 2009. A pesquisa foi realizada pela equipe de pesquisadoras/es do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em nove escolas de cinco regiões diferentes do Estado, nas seguintes cidades: Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Itajaí e Joinville. A escolha destas cidades foi baseada no número de pessoas vivendo com HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), uma vez que houve apoio financeiro do Ministério da Saúde (MS) através do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST do HIV/Aids e das Hepatites Virais¹. Os dados obtidos na pesquisa contribuíram para o desenvolvimento de importantes projetos de extensão universitária da UFSC, como o projeto de oficinas “Papo Sério²” e o curso de especialização “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE)³. Estes dois projetos foram de grande importância para a educação do Estado de Santa Catarina e demandaram a força de trabalho das equipes de pesquisadoras/es que, além de suas pesquisas individuais de graduação e pós-graduação, passaram a se envolver nas atividades de extensão, fazendo com que a publicação do livro ocorresse dez anos após o término da pesquisa “Sexualidades de Jovens Estudantes em Escolas Públicas de Santa Catarina”.

O apoio das Gerências de Educação da Secretaria Estadual de Educação (GEREDs) de Santa Catarina nos vários municípios estudados, tornou possível a pesquisa, assim como o aceite por parte das escolas. Além disso, em 2007, a política brasileira vivia um momento importante,

¹ Atualmente, este se chama Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br>

² O Projeto “Papo Sério” foi desenvolvido pelo NIGS, entre 2007 e 2015, envolvendo estudantes de graduação e pós-graduação. Contou com apoio financeiro da UFSC (Probolsas e Pró-extensão) e do MEC (PROExT). Suas principais ações foram a realização de oficinas sobre gênero, sexualidade, violências e concursos de cartazes contra a homo-lesbo-transfobia (entre 2009 e 2015), envolvendo mais de dez mil estudantes e docentes de escolas públicas da Grande Florianópolis.

³ O GDE foi uma das principais políticas públicas do Ministério da Educação (MEC) para a formação de professores sobre as temáticas de gênero e diversidades étnicas e sexuais, oferecidos pela UFSC através do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) em duas edições de aperfeiçoamento, em 2009 (com a formação de 465 professores em 10 polos) e em 2012 (com a formação de 250 professores em cinco polos). Também uma edição em nível de especialização que formou, em 2015/2016, 140 professores de todo o Estado de Santa Catarina.

com a implantação de políticas públicas federais sobre gênero e sexualidade.

No primeiro capítulo do livro: **Contexto e Metodologia da pesquisa**, Miriam Pillar Grossi, Fernanda Cardozo e Felipe Bruno Martins Fernandes apresentaram a metodologia da pesquisa e alguns dados da investigação das representações de professoras/es sobre a iniciação sexual e homossexualidade. Foram realizadas observações etnográficas, o acompanhamento de rotinas e de atividades e o registro em diários de campo, que constituem procedimentos metodológicos caros à Antropologia desde os ensinamentos de Bronislaw Malinowski (1978 [1922]) entre os trobriandeses. As observações foram realizadas em atividades extracurriculares como feiras de ciências, campeonatos escolares, momentos em sala de aula, recreios e aulas de educação física, com o intuito de analisar as interações entre meninos e meninas, meninas e meninas e meninos e meninos e captar formas de acusação e apelidos, brincadeiras e conflitos no interior das escolas.

Além das observações in loco, foram realizadas entrevistas com professoras/es, pais e mães e membros do NEPRE (Núcleo de Educação, Prevenção, atenção e atendimento às violências na escola). As entrevistas foram compostas por quatro eixos: a) sobre a trajetória individual de cada professor/a; b) representações sobre como a escola trabalha educação sexual; c) conhecimento de políticas públicas e ações do NEPRE nas escolas estudadas; d) observações sobre as/os estudantes a respeito de questões como gravidez, aborto, homossexualidade, travestilidade, suicídio e discriminação. Este capítulo traz relevantes contribuições para se aprender as etapas necessárias para desenvolver uma pesquisa, tais como a organização prévia para entrada nas escolas, a elaboração dos diários de campo, a realização e transcrição das entrevistas e a alimentação da base de dados com os documentos recolhidos.

O segundo capítulo, intitulado **Iniciação sexual, gênero e homofobia: questões teóricas**, com a autoria de Fernanda Cardozo, Miriam Pillar Grossi, Felipe Bruno Martins Fernandes, Leandro Castro Oltramari, Martina Ahlert, Maria Luiza Bettiol Carneiro, Éverton Luís Pereira, Gicele Sucupira Fernandes e Fátima Weiss de Jesus, explicitou as posições teóricas disciplinares que pautaram a investigação: a) a abordagem das representações sociais na Antropologia; b) a abordagem das representações sociais na Psicologia Social; c) os conceitos de gênero e sexualidade; d) os estudos sobre adolescência e juventude; e) os estudos sobre representações sociais da sexualidade na escola; f) os



estudos sobre famílias em camadas populares; g) a relação do campo religioso em relação às questões de gênero e sexualidade; h) a temática da violência e da homofobia como temas centrais na pesquisa de campo. Ao discutir com as/os principais autoras/es da área, o texto apresentou uma contribuição importante para o entendimento dos conceitos de gênero e sexualidades que foi central para o desenvolvimento da pesquisa.

O capítulo oferece também um “modelo” de descrição etnográfica das escolas, descrevendo os espaços e a circulação da comunidade escolar com um detalhamento muito revelador das dinâmicas e rotinas que ali se estabeleciam e suas relações com a temática proposta para o artigo. Traz também uma rica análise das representações das/os professoras/es sobre a iniciação sexual das/os estudantes, homofobia, lesbofobia e gayfobia. Cabe enfatizar o destaque dado ao “humor” nas relações sociais nas escolas, tanto entre alunas/os quanto nas relações entre professoras/es e destas/es com outros membros da comunidade escolar e o quanto estes diálogos espontâneos estão permeados de preconceitos.

O capítulo três, **Uma etnografia das escolas pesquisadas**, de autoria de Martina Ahlert, Éverton Luís Pereira e Miriam Pillar Grossi, adentrou o espaço físico e social das escolas pesquisadas. Importante destacar que estas escolas foram escolhidas pelas GEREDs vinculada à Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED-SC), a partir do critério de terem um número elevado de “alunas/os problemas” o, que por sua vez, tornava a escola, “uma escola problema”. Para esta seleção foram considerados os seguintes aspectos: uso indiscriminado de drogas, sexualidade precoce dos/as estudantes, gravidez na adolescência, alunas/os e/ou professoras/es homossexuais, famílias “desequilibradas”.

Interessante destacar que embora as escolas descrevessem as/os estudantes como um grupo com características homogêneas, as/os pesquisadores observaram variados estilos de comportamento, revelando a existência de grupos que não eram vistos pela direção das escolas, ou que por “não causarem problemas”, passavam despercebidos. O artigo descreve detalhadamente as características das escolas e seu funcionamento, apontando elementos que permitirão acessar, nos próximos capítulos, as temáticas da pesquisa, de modo que sexualidades, iniciação sexual e homossexualidades possam ser pensadas a partir das observações, escutas, relatos e conversas feitas nas diferentes escolas pesquisadas.

O capítulo quatro, intitulado **Professoras e professores: quem são e como atuam em sala de aula?**, de autoria de Éverton Luís Pereira, Martina Ahlert, Miriam Pillar Grossi e Felipe Bruno Martins Fernandes, apresentou o perfil das/os profissionais do corpo técnico-pedagógico composto por 65 pessoas. Estas foram entrevistadas nas nove escolas com professoras/es, assistentes técnico-pedagógicos, coordenadoras, diretoras, vice-diretoras e secretárias. O texto mostra a dureza da vida das/os professoras/es que, como na maioria das escolas brasileiras, possuem carga horária de 60 horas semanais ou mais. A sala de professores, destinada aos poucos momentos de descanso, muitas vezes, servia para a venda de produtos com objetivo de complementar a renda das/os professoras/es e era nesse espaço que ocorria a vigilância profissional e moral entre colegas. A partir deste material o capítulo apresenta as dificuldades que o corpo docente das escolas encontrava para trabalhar educação para a sexualidade.

O capítulo cinco, com o título **Representações de professoras e professores sobre a iniciação sexual e sexualidade dos jovens**, de autoria de Miriam Pillar Grossi, Gicele Sucupira Fernandes, Maria Luiza Bettiol Carneiro, Fátima Weiss de Jesus, Leandro Castro Oltramari, Felipe Bruno Martins Fernandes, Éverton Luís Pereira, Martina Ahlert e Fernanda Cardozo discute as representações de docentes sobre sexualidade e iniciação sexual, pois estas guiam a forma como tratam esses temas na escola.

Foi identificado que a maioria das/os professoras/es comentou sobre a emergência de uma sexualidade precoce, influenciada pela mídia (televisão), e que esta era mais latente nas meninas, pois iniciavam sua vida sexual mais cedo. Além disso, as e os docentes percebiam que a agência sexual das meninas era permeada por atitudes que “afloravam” o comportamento desrespeitoso dos meninos, responsabilizando-as pelas atitudes deles.

O tema da gravidez na adolescência também apareceu nas entrevistas, como se fosse um problema único e exclusivo das meninas e de suas famílias. Não havia reflexão sobre justiça reprodutiva e “aborto” era considerado um tabu, sendo que a maioria das e dos entrevistados/as se manifestou ser contra o aborto. Observou-se que esta posição influenciava o corpo discente no que tange ao exercício da sexualidade e dos direitos reprodutivos.

Por fim, as autoras e autores concluíram que faltava formação especializada sobre gênero e sexualidade (inicial e continuada), fazendo com que as/os docentes utilizassem suas experiências de vida para dar



soluções e conselhos para alunas/os, ao invés de instruções com base científica e educativa.

Em todas as escolas estudadas, foram registradas piadas, brincadeiras, acusações e violências contra gays, lésbicas e pessoas trans, demonstrando a centralidade dessas questões no universo escolar. Neste sentido, o capítulo seis, **Representações de professoras e professores sobre homossexualidades, travestilidades, lesbianidades e homofobia**, de autoria de Felipe Bruno Martins Fernandes, Leandro Castro Oltramari, Fátima Weiss de Jesus, Maria Luiza Bettiol Carneiro, Gicele Sucupira Fernandes e Miriam Pillar Grossi, apresenta dados sobre as formas como as/os docentes representam homossexualidades, lesbianidades e travestilidades, dando sequência às análises apresentadas no capítulo anterior, mas centralizando os olhares sobre a emergência das questões de gênero e da sexualidade na escola. O tema tabu da homossexualidade apareceu em comentários sobre alunas lésbicas e alunos gays, mas havia desconhecimento sobre as identidades trans (que foram classificadas como gays). Além disso, foi identificado que havia dificuldade em lidar com o assunto e que a palavra “homossexualismo” aparecia com frequência, mesmo de docentes com visões mais progressistas que não tinham tido formação no campo da sexualidade e aprendido a diferença deste conceito em relação à “homossexualidade”.

Foi possível perceber uma homogeneização, ignorando as múltiplas vivências e expressões das sexualidades: todas as lésbicas eram masculinizadas e todos os estudantes gays eram vistos como afeminados, que se “vestiriam de mulher”. As narrativas sobre lesbianidades apareceram em menor número, e as/os docentes percebiam que as lésbicas “assumidas” e que dialogavam com o privilégio masculino, sofriam menos violências.

A questão das travestilidades era de difícil aceitação, sendo vista como atitudes de provocação e identidades temporárias. Além disso, as/os docentes não aceitavam o nome social. Muitas alunas travestis reivindicavam o uso do banheiro feminino, mas eram rejeitadas tanto nos femininos como nos masculinos e, por isso, algumas medidas paliativas foram adotadas pelas escolas, como o uso do banheiro de docentes.

Com frequência, as/os docentes se preocupavam com as causas, a “origem” da homossexualidade, questões que emergiram espontaneamente nas entrevistas. As explicações dadas para que

determinada aluna ou aluno fosse homossexual foram as seguintes: “causa orgânica ou biológica” (distúrbio hormonal) ou “algo que se aprende através da convivência” (por conta de contato excessivo com as mães), em menor número apareceram explicações relacionando a homossexualidade a algo “anormal ou patológico” ou “contra a criação divina”.

Apesar disso, paralelamente a essas explicações biologizantes e religiosas, foram identificados discursos sobre liberdade e felicidade como exercícios da individualidade, havia consciência coletiva sobre os “direitos individuais” e que “cada um é responsável por si”.

Havia pouca prevenção sobre lesbo/trans/homofobia e violências a estudantes e docentes. Cabe destacar que se observou, na pesquisa, uma normalização de piadas e brincadeiras, as quais não eram vistas como violências e sim como forma de “provocar” as/os discentes não heterossexuais.

Apesar de terem identificado muitas situações em sala de aula de violências e lesbo-homo-transfobia, prevalecia o discurso de “respeito às diferenças”, principalmente por parte de professoras/es heterossexuais. Além disso, docentes gays ou lésbicas relataram terem sofrido discriminações por parte do corpo docente, bem como havia forte receio de acusações de assédio e abuso sexual de professores gays contra alunos. Invisibilidade foi frequente, mesmo as e os docentes favoráveis ao tema, eram contra à exposição pública da sexualidade das pessoas homossexuais.

Na época da pesquisa, houve a proposição de um projeto de lei (PL 1151/95), que abordava a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo. As declarações sobre o assunto diziam que as pessoas homossexuais deveriam fazer o que era melhor para si, desde que a homossexualidade fosse vivida no privado e não reivindicasse equiparação de direitos. Apesar de ressaltarem a importância dos direitos civis de pessoas gays, lésbicas e trans, essas temáticas eram vistas como secundárias em relação aos conteúdos disciplinares.

Por fim, o último capítulo **A família e a promoção dos serviços de prevenção e da educação para a sexualidade nas escolas catarinenses**, de autoria de Miriam Pillar Grossi, Leandro Castro Oltramari, Felipe Bruno Martins Fernandes, Fernanda Cardozo e Vinicius Kauê Ferreira apresentou uma síntese das principais questões sobre o tema da sexualidade na escola.

As autoras/es destacaram que, na época da pesquisa, havia um importante debate no Brasil sobre qual seria o termo correto para



introduzir a temática nos currículos escolares: “educação sexual” ou “orientação sexual”, sendo que este último foi institucionalizado com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1997. Tal termo foi escolhido para se afastar de noções de higienização e controle da sexualidade. Além disso, foi incluído como temática extradisciplinar em conjunto com temas como meio ambiente, saúde, ética, pluralidade cultural e estudos econômicos. Pensando nos dias atuais, nos quais vivenciamos perseguições a professoras/es, incentivada por figuras da extrema direita e que promovem pânico morais, os PCNs⁴ eram mais progressistas que a atual BNCC, que retirou a palavra gênero de todo o documento.

Neste capítulo, o papel da família em relação aos conteúdos sobre sexualidade na escola foi abordado em três itens: “Vulnerabilidade, pobreza e sexualidade precoce”; “A prevenção no currículo escolar: o lugar dos temas transversais” e a forma como os serviços de prevenção eram percebidos.

Entre as/os docentes, foi recorrente a associação entre vulnerabilidade, pobreza e sexualidade precoce, a “promiscuidade” era gerada por condições precárias de moradia, fazendo com que alunas/os assistissem práticas sexuais de mães e pais. As famílias “desequilibradas” explicariam o exercício da sexualidade juvenil. Além disso, entendiam as famílias por meio de duas narrativas, ou eram permissivas demais, ou eram contrárias aos serviços de prevenção nas escolas (como a distribuição de preservativos). Ainda que o corpo docente alegasse ter medo da atitude das famílias, muitos também não aceitavam a distribuição de preservativos nas escolas, pois achavam que incentivaria a “sexualidade precoce”.

Apesar da transversalidade da sexualidade nos PCNs, que determinava que qualquer disciplina deveria trabalhar essa temática e que publicou um volume específico para a temática chamado “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual” (BRASIL, 1997), isso não ocorria. As aulas de biologia eram vistas como mais adequadas para discutir sexualidades. Na maioria das escolas, não havia iniciativa da gestão escolar, mas foi possível identificar algumas ações realizadas pela área da saúde, por Organizações Não Governamentais e por vendedores de livros e palestras.

⁴ Ressaltamos que apesar de incluir a temática da sexualidade e diversidade, existem críticas aos PCNs. Sobre o assunto sugerimos o artigo de Francisco Moura e Raquel Leite (2019), que analisaram como a temática da sexualidade foi abordada nos PCNs e BNCC entre 1997 e 2017.

Por fim, indicamos o livro por suas relevantes contribuições, principalmente para pessoas que pretendem realizar etnografias em escolas. Além disso, ele permite reflexões sobre as formas como as e os docentes representam temas como sexualidade, gênero e diversidade. As discussões realizadas pelas autoras/es demonstraram divergências com tais representações, promovendo a desconstrução de estereótipos e preconceitos. No entanto, sentimos falta de discussões envolvendo o marcador social raça, que não apareceu ao longo da obra, apontando para a importância da introdução destas questões no universo escolar desde que esta pesquisa foi realizada em 2007.

Neste sentido, é importante destacar que o Brasil viveu seis anos de retrocessos entre 2016 e 2022, período que engloba o intervalo entre o *impeachment* de Dilma Rousseff (passando pelo governo de Michel Temer) até o final do mandato de Jair Bolsonaro. Esse período representou uma mudança de rumo no país que resultou no desmonte de políticas públicas, em particular nas vinculadas a questões de gênero e sexualidade no espaço escolar. Foram extintos os ministérios relacionados a políticas de igualdade, tais como a Secretaria de Políticas para Mulheres, de Questões Étnico-Raciais e Direitos Humanos e, também, a Secretaria do Ministério de Educação (SECADI), responsável por políticas de diversidade nas escolas (Tânia Welter; Miriam Grossi, 2016).

De acordo com Rogério Junqueira (2022), antes de chegar à presidência, Jair Bolsonaro foi ganhando visibilidade ao assumir uma persona política radical, com atitudes agressivas, punitivas, moralistas, antifeministas, favorável à tortura e dedicado a confrontar com hostilidade assuntos relacionados aos direitos das pessoas LGBTQIA+ e às questões sociais (pobreza, racismo, violência de gênero etc.). Seu governo foi acompanhado do compromisso com as reformas ultraliberais e, portanto, promoveu desinvestimentos nas áreas sociais e desconstruiu políticas públicas que haviam sido concebidas ao longo da democratização. Face a este momento histórico, podemos afirmar que a obra aqui apresentada publicada em 2017, mas com resultados de uma pesquisa realizada dez anos antes, pode ser considerada arrojada diante do cenário atual, onde o bolsonarismo ainda se faz presente e os preconceitos se exasperam em diferentes âmbitos educacionais.

Assim, finalizamos com um sentimento de nostalgia, de uma época que aparentava ser mais “fácil” dialogar sobre gênero, sexualidade e questões relacionadas às pessoas LGBTQIA+, pois além das políticas públicas, os documentos orientadores da educação poderiam influenciar



as escolas a inserir tais discussões em seus currículos. Apesar disso, a pesquisa demonstrou que mesmo com esse panorama favorável, as escolas pouco (ou quase nada) trabalhavam tais temáticas. Entendemos que apenas ter documentações orientando sobre temas como sexualidade, gênero e etc. não é suficiente. As políticas públicas são extremamente importantes, é necessário ter formação continuada organizada pelos municípios, estados e federação, bem como a atuação das universidades nas escolas, como fizeram os projetos “papo sério” e GDE promovidos pela UFSC.

Referências:

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. v. 10. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1997.

GROSSI, Miriam Pillar; FERNANDES, Felipe Bruno Martins; CARDOZO, Fernanda. **Sexualidades, Juventude e Representações Docentes: Uma etnografia em escolas públicas de Santa Catarina**. 1. ed. Tubarão: Tribo da Ilha/Copiart, 2017. v. 1. 221p.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, F. **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 135-140.

MALINOWSKI, Bronislaw. **A Vida Sexual dos Selvagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

MOURA, Francisco Nunes de Sousa; LEITE, Raquel Crosara Maia. O conservadorismo e a formação cidadã: a abordagem da Sexualidade no Ensino Fundamental diante do discurso em documentos oficiais. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 24, n. 3, p. 61-77, 2019. Disponível em:
<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/5468>
Acesso em: 15 jan. 2026.

WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam Pillar. É possível ensinar gênero na escola? Análise de experiências de formação em gênero, sexualidade e diversidades em Santa Catarina. **Revista Linhas**, v. 19, n. 39, p. 123-145, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723819392018123> Acesso em: 15 jan. 2026.

Sexualities, Youth and Teacher Representations: Ethnography in Public Schools of Santa Catarina

ABSTRACT: This text is a review of the book "Sexualities, Youth and Teacher Representations: An Ethnography in Public Schools of Santa Catarina", which is the result of research conducted in schools, containing articles with insights into the representations of teachers about the sexualities of young students in Santa Catarina between 2007 and 2009. The book offers rich descriptions and analyses that can serve as a basis for new research on the subject and also contribute to the training of new researchers in ethnography.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualities. Teachers. Youths. Ethnography. Public schools.

Cláudia Cristine MORO

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC; Mestre em Educação - UFSC.

<https://orcid.org/0009-0001-8967-7434>

Lígia ANTUNES DE SIQUEIRA

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC; Mestre em Educação - UFSC; professora da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

<https://orcid.org/0000-0002-1178-9794>

Recebido em: 19/01/2026

Aprovado em: 14/02/2026